

XXXIII Encontro Anual da ANPOCS

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais

Grupo de Trabalho 01 – A Cidade nas Ciências Sociais: teoria, pesquisa e contexto

3ª Sessão – Territorialidades, conflitos e fronteiras

Título do trabalho:

A invasão e o barraco como acesso à cidade: estudo de caso em favela carioca

Autora: Maria Sarah da Silva Telles

Instituição:

Departamento de Sociologia e Política

PUC-Rio

A INVASÃO E O BARRACO como acesso à cidade: estudo de caso em favela carioca

Maria Sarah da Silva Telles¹

A partir de uma pesquisa de campo realizada entre os anos de 2001 e 2004, em favela carioca situada na zona oeste da cidade – Rio das Pedras² – busquei responder a algumas inquietações sociológicas sobre a pobreza e a desigualdade na cidade do Rio de Janeiro. Neste artigo pretendo apresentar uma contribuição para a compreensão da grande pobreza urbana na cidade que apresenta o segundo maior PIB do país. Para a sociologia urbana, a noção de segregação urbana - de desigualdade socioterritorial -, constitui, hoje, parte central da descrição da distribuição e apropriação do espaço urbano. No entanto, no que se refere ao espaço dos pobres, apesar da existência de uma literatura abundante e de uma já consagrada gama de autores e obras clássicas especificamente sobre as favelas cariocas, a conexão desses espaços com a cidade formal revela a dificuldade de generalização para o conjunto das favelas: cada vez mais espaços que se diversificam, que adquirem uma identidade que não poderia ser desconsiderada, mas que também pode ser provisória, tal a velocidade das mudanças em curso³.

A dificuldade para uma compreensão generalizante do quadro da pobreza urbana indicou a necessidade de empreender uma pesquisa de campo, através de entrevistas e observação participante. Assim, apresentarei algumas trajetórias possíveis de inserção na cidade de famílias que emigraram do Nordeste nas duas últimas décadas, a partir dos anos 1990. Esta migração mais recente configura aquilo que Sayad também observou nos imigrantes recém-chegados na França: como estão situados na parte inferior da

¹ Socióloga, professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia e Política - PUC-Rio.

² Rio das Pedras é considerada a quarta maior favela da cidade, com uma população de cerca de 40 mil habitantes (IBGE, 2000). Fica situada no bairro de Jacarepaguá, entre o Maciço da Tijuca e a orla marítima da Barra da Tijuca. Ela se desenvolveu enormemente com a expansão da Barra da Tijuca. Trata-se de uma favela plana, com terreno de turfa. Boa parte de sua área de expansão, em direção à Lagoa da Tijuca, é considerada imprópria para a construção, ou de preservação ambiental.

³ A Secretaria Municipal de Educação, hoje, está classificando as favelas em três tipos: em confronto, pacificadas e aquelas em confronto sob controle, para efeito de convênio com alunos estagiários da PUC-Rio.

hierarquia interna da população, estão “mais inclinados a aceitar os trabalhos mais penosos, menos estáveis, menos remunerados”, e eu completaria, habitar nos piores lugares e em situações mais precárias dentro da favela (Sayad, 1998, p. 64).

Os moradores entrevistados são quase todos migrantes nordestinos, e meus entrevistados foram em sua maioria as mulheres, seja chefes de família, seja aquelas que viviam com um companheiro, sendo este o principal provedor. A pesquisa revelou que, embora habitando barracos de madeirite, em local de aterramento precário realizado por eles mesmos, parecem aceitar morar em qualquer local dentro da favela e em qualquer barraco, bastante conscientes de que as oportunidades são escassas, e que sua situação é marcada pela provisoriedade da imigração. Constituindo imigrantes das últimas décadas do século passado, sabiam que eram crescentes as dificuldades para apropriar-se de um espaço disponível nas favelas cariocas. Para eles, obter um barraco, em qualquer lugar daquela favela, era o principal objetivo, para poder ficar na cidade e não ter que retornar ao lugar de onde emigraram. “O pobre tem que se dar por satisfeito em ter um lugarzinho para morar, mesmo que seja na beira do valão”, explicou Maria, moradora do *Pantanal*⁴. Conseguir um espaço, por menor e pior que seja, para não ficar na dependência de estar trabalhando, já que na falta de renda e de “casa”, o destino mais provável seria o abrigo público, o retorno forçado ao lugar de origem, ou a rua, à mercê dos azares da vida. Segundo Sayad, mais do que em qualquer outra circunstância, no caso dos imigrantes, “trabalho e habitação” estão numa estreita relação de dependência recíproca, constituindo, de certa forma, “a própria condição de imigrante” (Sayad, 1998: 74).

As trajetórias habitacionais desses migrantes revelam as possibilidades e os bloqueios proporcionados pela chegada e o estabelecimento em uma favela da cidade.

Segundo o IBGE, a porcentagem da população no Rio habitando em favelas seria a mais alta entre as cidades brasileiras. No período entre 1980/1992, o percentual de crescimento de favelas na zona oeste⁵ é de 127%, contra apenas 4% na zona sul, por exemplo. O número de favelas no município do Rio seria de 513 (Censo 2000). A hipótese mais plausível para o aumento da população favelada seria aquela do “empobrecimento e a consequente favelização de parte da população da cidade que não

⁴ As sub-áreas pesquisadas foram os *Areais I e II* e o *Pantanal*.

⁵ Onde está localizada a Favela Rio das Pedras.

pode mais se manter no mercado formal de habitação” (Perlman, 2003:7), uma vez que o crescimento estatístico da migração é hoje insignificante.

Obter a moradia seria a condição para aqueles migrantes chegarem à cidade e aí se estabelecerem, em especial quando se impõe o que Vera Telles chama de “gestão das vidas e, nesses tempos em que a exceção se tornou a regra, administração de suas urgências” (Telles, 2006: 77).

Na comparação com as décadas passadas, as favelas apresentam grandes melhorias nos padrões de habitabilidade, seja no que se refere à moradia, quanto aos serviços - como a coleta de lixo, a conexão à rede de água etc. “Não obstante, habitar em favelas representa para a grande maioria viver em um ambiente sujeito a altos índices de degradação e contaminação [...], um processo de descenso social, pois prevalece ainda a forte percepção de que a favela é local de vagabundagem e desordem, antro de vícios e criminalidade” (Kowarick, 2002: 20). A favela - apesar de todas as melhorias acumuladas e, sobretudo, para aquelas situadas em área próxima ao núcleo central da cidade - representa enorme desigualdade de condição de vida em relação às moradias fora das favelas, como ficou confirmado em pesquisa (Cardoso, Elias e Pero, 2005).

Ou seja, apesar de a favela carioca vir adquirindo novos contornos físicos e sociais, continua corporificando todos os desvios temidos: “a violência, a promiscuidade sexual e a droga, ainda que os moradores do bairro declarem repetidamente que ‘[...] não quer dizer que na favela não tem pessoas direitas’” (Sarti, 2003:118). A diferença entre as casas do bairro popular e aquelas da favela pode estar diminuindo, mas a distinção simbólica segue enorme: “ser favelado”, conforme Sarti, corresponderia a uma posição social inferior, “da qual os que moram no bairro precisam reiteradamente se diferenciar”. A brutalidade do estigma: “justamente porque as distinções entre iguais são sutis, elas precisam estar nitidamente demarcadas através de categorias morais” (idem). Sarti ouviu de um morador do asfalto, vizinho de uma favela, a seguinte afirmação, que ilustra a necessidade de reafirmar as fronteiras simbólicas: “Somos pobres, mas não somos favelados” (idem, p. 119).

Assim, não foram as melhorias nas condições da favela que levaram à sua perda de distinção em relação aos demais espaços da pobreza. Ao contrário, trata-se de um alastramento da condição degradada – que antes era específico da favela – para os territórios onde não habitam as classes abastadas, a pobreza sendo encontrada em todos esses espaços da cidade e da região metropolitana. Concordando com Marzulo, eu

afirmaria que, se a favela perde alguma especificidade, ao mesmo tempo se transforma em modelo de ocupação do espaço urbano e metropolitano das classes populares no Brasil:

[...] nas últimas décadas os moradores da favela e do subúrbio assim como os da periferia metropolitana passaram, em geral, a ocupar uma mesma posição e situação de classe. Não pela melhoria da posição e situação de classe daqueles que vivem em favelas, mas pela precarização generalizada da condição de trabalho e, logo, equalização por baixo da condição de classe dos moradores dos bairros populares (Marzulo, 2005: 198).

A partir dos resultados da pesquisa de Preteceille e Valladares (2000), finalmente as Ciências Sociais tiveram elementos quantitativos para questionar alguns “dogmas” em relação às favelas cariocas, na expressão de Valladares (2005). Nem estas favelas seriam mais o (único) *locus* da pobreza, já que esta se espalharia por toda a cidade⁶ e pela região metropolitana nem, tampouco, como também já mencionado, as favelas seriam espaços homogêneos. Ao contrário, tem de se “reconhecer a existência de desigualdades dentro da pobreza” (Preteceille e Valladares, 2000: 459), além da existência de uma classe média e até de uma pequena burguesia favelada, tornando a favela um “fenômeno muito mais heterogêneo e complexo” (Cardoso, Pero e Elias, 2005). A distinção dos espaços dentro das favelas maiores – e Rio das Pedras se inclui neste caso - reproduz a desigualdade existente na cidade formal. A classificação entre os moradores é feita, inicialmente, conforme a sub-área habitada; em seguida, a diferença entre aqueles que são proprietários de sua moradia, aqueles que são inquilinos, os que moram em barraco emprestado e finalmente aqueles que possuem quitinetes para alugar e assim viver de renda. Durante a pesquisa em Rio das Pedras ficou evidente que a heterogeneidade dentro da favela é grande. A segregação dentro da favela é clara para um visitante, pois as áreas dos *Areais* e do *Pantanal* são mais deterioradas, esta última, a mais precária, quando comparada com a área central, já consolidada.

⁶ A pobreza da cidade do Rio de Janeiro estaria espalhada, mas se concentraria, sobretudo, em áreas das zonas oeste e norte, as favelas respondendo por 36% daqueles que vivem com renda média per capita inferior a um salário mínimo. Muito embora não se possa mais atribuir à favela a exclusividade da pobreza urbana, proporcionalmente é maior a pobreza nas favelas (43%), do que fora (15%).

As áreas pesquisadas foram ocupadas num misto de “invasão” patrocinada pela própria Associação de Moradores (AMARP)⁷, a concessão ou a compra do “lote” ou do barraco. Além de revelar de forma cabal as estratégias de obtenção de moradia nesta favela, pretendo registrar as expectativas em relação à Associação de Moradores, a situação de passividade imposta aos moradores, alvos de um sem fim de rumores, além da constante ameaça de remoção.

Os pobres, parte da vida popular carioca, ainda permanecem isolados das proteções universais republicanas. Portanto, caberia a esse mundo popular a convivência com formas próprias de proteção e controle, papel desempenhado, por exemplo, pela Associação de Moradores da favela de Rio das Pedras⁸. E por que esta alternativa? Isto não seria um fato isolado no universo das favelas e assentamentos populares cariocas.

Tudo indica que a população de grande parte desses territórios está convivendo, há décadas⁹, com o abuso de autoridades legais, como as polícias; ou ilegais, como aquela dos traficantes e mais recentemente, das milícias. Segundo Machado da Silva, as milícias “constituem um novo tipo de domínio das favelas pela força e com menos rejeição moral do que a que recai sobre os bandos de traficantes”. São grupos paramilitares compostos em geral por policiais da ativa ou ex-policiais, bombeiros etc. “Sob sua intervenção, os moradores vivem uma sensação de segurança pessoal que disfarça as coerções que sofrem. [...] As milícias constituem-se como verdadeiras empresas, típicas do capitalismo aventureiro mencionado por Max Weber” (Machado da Silva, 2008: 25).

Essas alternativas de controle teriam, portanto, o aval dos governos e de parte da sociedade que apóia os procedimentos utilizados, só se preocupando quando os procedimentos utilizados extrapolam o espaço popular¹⁰.

⁷ Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP)

⁸ A favela de Rio das Pedras foi considerada como o local de origem das chamadas milícias da cidade do Rio de Janeiro. A direção da Associação de Moradores em exercício durante o período da minha pesquisa vem sendo investigada por envolvimento com a criminalidade, sendo que vários de seus integrantes já foram assassinados (execução), desde o ano de 2007. Os moradores entrevistados utilizavam o termo “polícia mineira”, ou simplesmente “mineira”. O termo “milícia” foi utilizado pela primeira vez, pelo jornal *O Globo* em uma série de reportagens, a partir de março de 2005.

⁹ Sempre tais afirmações devem guardar as devidas diferenças entre as favelas.

¹⁰ A prisão e tortura de repórteres de um jornal carioca, por membros da milícia de uma outra favela da Zona Oeste provocou a indignação da opinião pública e acelerou a abertura de uma CPI das Milícias na Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, em 2008. Já os confrontos entre policiais e traficantes ocorridos em áreas suburbanas, como no Complexo do Alemão ou na Vila Coréia, por exemplo, durante o ano de 2007, vêm sendo legitimados pelos governos nas esferas municipal, estadual e federal, além de contarem com o apoio de grande parte dos moradores das áreas nobres da cidade. Apesar

As formas de controle do local trouxeram consigo elementos extremamente perversos, porque ao sabor do arbítrio de quem exerce o controle, portanto não regidos pelos princípios do direito universal. O controle e a “proteção” exercidos pela Associação de Moradores de Rio das Pedras configuram a forma ambígua pela qual o Estado se faz presente nos territórios da pobreza, tornando os moradores reféns do arbítrio e distantes do direito universal, imperando a lei do silêncio e a cultura do medo. Além disto, os principais administradores do comércio local pertencem ao grupo de milicianos, como a cooperativa de Vans, o gatonet, o Bingo etc. Além da arrecadação da taxa de proteção aos comerciantes da favela, a Associação de Moradores ou a milícia detinha, à época de minha pesquisa¹¹, o controle de todas as atividades comerciais. E como em várias favelas ou periferias, também tem o controle da questão fundiária do local: são os principais organizadores da prática da invasão, e também da cessão de alguns lotes e, sobretudo, da venda ou da construção de imóveis para alugar, principalmente quitinetes.

Durante minha pesquisa em Rio das Pedras aconteceu uma invasão e a reocupação da área já removida pelo Programa Municipal Favela-Bairro. Em 2006, quando eu não mais estava no campo, ocorreram dois incêndios, sendo que o segundo, de agosto de 2006, foi de proporções dramáticas, quando mais de 500 famílias perderam tudo, dentre elas algumas de minhas entrevistadas. Diante desta situação, voltei ao local durante o incêndio e acompanhei algumas das famílias dos meus entrevistados nos meses que se seguiram. À situação de precariedade da área, veio se somar o distanciamento e o descaso com que a AMARP tratou as famílias atingidas pelo incêndio, várias delas alojadas sob uma grande lona, e depois em barracos improvisados em local igualmente provisório, onde ainda permanecem algumas poucas famílias, até hoje. O quadro configura o abandono da população à sua própria sorte, à mercê de atos isolados de ajuda e solidariedade de terceiros, enquanto a situação da habitação popular não é enfrentada como uma política pública. O processo de obtenção de um lote ou barraco em Rio das Pedras revelou a grande complexidade das práticas locais. Como a

de várias denúncias de ocorrência de abuso – e até mesmo de extermínio –, a maior parte da sociedade carioca segue indiferente e aposta nesta medida como forma eficaz de combate à chamada “violência urbana”.

¹¹ Destaco o momento da pesquisa, uma vez que já possuo informações de que na atual conjuntura - de mudança no comando da milícia daquela favela - está ocorrendo uma maior dispersão entre os “donos” das atividades comerciais e fundiárias.

habitação constitui uma das principais fontes de recursos financeiros da Associação de Moradores, todo o processo está atravessado por múltiplas ambigüidades.

A remoção pelo Programa Favela-Bairro: 1999/2000

A invasão tem sido a forma preferencial para a obtenção do lugar de moradia dentro da favela de Rio das Pedras até o incêndio de 2006¹². Dentre minhas entrevistadas, algumas participaram das invasões, outras “ganharam” o barraco no processo de reocupação, outras ainda compraram o lote ou o barraco nos anos seguintes, após a ocupação das áreas do *Areal II* e do *Pantanal*. Finalmente, algumas pagam aluguel, outras vivem em barraco cedido. Ou seja, é grande a diversidade dos meios de moradia.

Para Abramo, o acesso à terra urbana para os pobres seria “a porta de entrada da sua morada definitiva, como o lugar terminal depois de muitas peregrinações rurais e urbanas”. No entanto, o autor constata como esta porta de entrada se transformou em uma “verdadeira barreira social” nas principais cidades latino-americanas (Abramo, 2003:7). A invasão - ação coletiva de ocupação - tem sido a forma corrente mais utilizada pelos muito pobres, que não teriam acesso ao mercado formal, às vezes nem ao mercado informal de terra urbana, como é o caso de vários de meus entrevistados.

Em Rio das Pedras, a invasão ganha centralidade, na medida em que o espaço da favela vai sendo imensamente ampliado com o aterramento que avança em direção à lagoa da Tijuca. Além da expansão do espaço físico da favela e do aumento do número de moradores, este processo assegura bons dividendos políticos, simbólicos e financeiros aos dirigentes da AMARP, como também resulta na possibilidade de obtenção de um barraco por parte dos moradores, fato determinante para suas vidas e de seus familiares, conforme afirmei anteriormente. Relembrando, Rio das Pedras está localizada na periferia do núcleo nobre da cidade, da chamada Zona Sul, mas muito próxima de outra área nobre, a Barra da Tijuca.

Para meus entrevistados, foi naquela favela de Rio das Pedras que foi possível encontrar um local para morar numa região não tão distante do centro dinâmico da cidade, a partir do ano de 1990. Apesar da precariedade da habitação – madeirite – e do

¹² Até esta data, as invasões nas áreas do Areal II e Pantanal se sucediam, sempre sob a coordenação da Associação de Moradores, resultado do grande espaço “livre” deixado pelas remoções que ocorreram entre os anos de 2000 e 2001, conduzidas pelo Programa Grande Favela, da Prefeitura.

entorno também precário e insalubre, aquelas pessoas e famílias extremamente empobrecidas, se não estivessem habitando naquele barraco de madeira, naquele local, provavelmente estariam na rua ou no abrigo, como ocorreu com Clotilde, quando seus filhos eram menores, tendo ficado entre a rua e um abrigo até conseguir um barraco no *Areal II*.

Quando cheguei pela primeira vez a Rio das Pedras, me deparei com um quadro de remoção geral dos barracos das áreas do *Areal II* e *Pantanal*¹³. Era abril de 2001. O projeto *Grandes Favelas*¹⁴ estava em curso, tendo removido os moradores que, em princípio, concordavam¹⁵ com sua transferência para a área de Vargem Pequena. Os moradores foram convencidos a sair dali, que seria uma “área de risco”. Entre 1999 e 2000 foram removidas cerca de 600 famílias da Favela Rio das Pedras para o Conjunto Habitacional Novo Horizonte – mais conhecido como Conjunto César Maia – em Vargem Pequena. Finalmente teriam acesso a uma casa própria em bairro mais distante.

Toda a beira do valão havia sido destruída, restando uma ou outra casa de tijolo, cujos moradores teriam se recusado a partir. Para todos aqueles que foram removidos, a troca representava, num primeiro momento, o tão aguardado título de propriedade em área adequada à edificação. O lugar que deixavam para trás era fruto de invasão - em 1989/90 e em 1997 - seguida de constantes aterros praticados pelos próprios moradores: barracos que afundavam, solo cedendo, cheias quando a maré subia, pois provocava a subida do nível de “água”.

Falar em água naquele ano era uma metáfora, pois o valão mais parecia um amontoado de lixo e dejetos de todo tipo, com um fundo de lama. Todo lixo jogado encalhava na superfície. O odor fétido exalava constantemente, sobretudo em dia de muito calor. Os canos de plástico que transportavam a água dos moradores entre as duas áreas vizinhas atravessavam o valão e era visível a grande quantidade de furos, o que provocava o mau-cheiro na água, queixa constante dos moradores, para não falar das inúmeras doenças daí decorrentes. Nas bordas, muito lixo acumulado se misturava com

¹³ Subáreas de Rio das Pedras, cujas ocupações aconteceram em 1990 e 1997, respectivamente.

¹⁴ O Projeto Grandes Favelas é o Favela-Bairro para favelas com mais de 2500 domicílios. Este programa, Favela-Bairro, já atingiu mais de 100 favelas, das 513 existentes. Ele atua na criação de infraestrutura, mas não na modificação da unidade familiar. Fica faltando uma política de habitação.

¹⁵ Burgos relata que uma liderança da Associação de Moradores teria afirmado que a remoção teria sido feita de uma “maneira muito injusta”. Suponho que este informante se refira à remoção da área central da favela, nas ruas transversais, como no caso da rua Baretta. No processo de remoção do Areal II houve unanimidade dos moradores, a partir de seus relatos, de que teria sido consentida, prova é que restaram no local algumas casas de alvenaria dentre os destroços.

os escombros da demolição das casas e barracos daqueles que haviam sido removidos. Morar naquela área significava, principalmente, o infindável sentimento de provisoriedade, uma vez que a Associação de Moradores da favela, o poder local instituído, não assegurava jamais a permanência daqueles moradores.

A indignação contra a presença de pontas de ferro e de objetos cortantes entre os escombros, onde várias crianças brincavam e os moradores circulavam, era dirigida contra o trabalho sempre incompleto da Prefeitura, sobretudo quando dizia respeito aos mais pobres. O aspecto geral era de terra arrasada; os moradores que tinham ficado tentavam se organizar e aguardar os acontecimentos. Os rumores sobre futuras remoções vinham com toda a força, alguns moradores manifestavam revolta: uns, por seus barracos não terem sido removidos; outros, contra a expectativa de uma próxima remoção. Os ânimos estavam exaltados, sobretudo entre aqueles que habitavam no exato limite onde as remoções haviam parado. Pude conferir que vários tinham em seus barracos a marca de que seriam removidos, mas até aquele momento, mais nenhuma informação.

Estava difícil compreender o que almejavam: se permanecer na favela, onde repetiam sempre que era “um ótimo lugar para se morar”; ou se gostariam de sair dali para uma casa de alvenaria em área regularizada. Creio que nem eles sabiam suas prioridades. Este sentimento contraditório era claramente percebido, a cada semana de minha visita a Rio das Pedras, entre aqueles que ali permaneciam. Zaluar afirmou em sua pesquisa sobre Cidade de Deus que não se deveria “exagerar o apego do favelado” à favela (Zaluar, 1985: 86). Ou seja, era compreensível a dúvida sobre as vantagens ou não da remoção. Para completar o quadro de grande agitação, não paravam de chegar informações desencontradas sobre a sorte dos que tinham partido.

Encontrei uma moradora “removida” que conversava com suas antigas vizinhas. Ela vinha buscar a filha na escola em Rio das Pedras. Lá onde foi morar não havia escola para as crianças. Já manifestava o desejo de retornar, pois o local para onde fora transferida seria longe de tudo, além de ter o tráfico de drogas; as desvantagens começavam a ser conhecidas. Diante das sucessivas informações sobre a desilusão com o local das novas moradias, aqueles que ainda não haviam sido removidos repensavam aquela alternativa. Nos meses seguintes, soube de várias famílias que estavam retornando, passando a habitar em área ainda mais distante de onde partiram: algumas que saíram do *Areal II*, só conseguiram comprar um barraco no *Pantanal*, mais precário e mais distante do centro da favela.

Passados três meses, começaram os rumores de uma nova invasão no local da demolição, ou seja, uma reocupação do local. Parecia ser algo extremamente improvável, uma vez que mal havia acontecido a grande remoção daquelas famílias pela Prefeitura. Eva, moradora do *Areal II*, estava torcendo para que isto ocorresse. Explicou sua reflexão: além de ser uma maneira de dificultar novas remoções, os moradores que vivem de aluguel na favela estariam desejosos de “pegar um espaço” naquela área, agora livre. Caso isto acontecesse, ela me contou que tentaria obter algo para seu sobrinho – que morava com ela – e para seu irmão, que morava em outra favela.

Depois de alguns meses, os escombros foram diminuindo, as crianças já não dispunham dos “morros” onde subiam para brincar e soltar pipa. Compreendi, finalmente, que aqueles escombros ali deixados não resultavam apenas de um ato de irresponsabilidade da Prefeitura, uma vez que serviam para o uso dos moradores, que aproveitavam para aterrar mais uma vez seus barracos, ao invés de ter que “comprar”, pois a quantidade de entulho para aterrar um barraco custava cerca de R\$150,00 naquele ano (julho de 2001). Eva contou que desde que foi morar no *Areal II*, em doze anos já havia aterrado seu barraco três vezes, em função do afundamento do terreno. Já no *Pantanal*, a situação é mais dramática: dona Sueli, que mora lá desde 1997, desde quando comprou o “terreno” da Associação – um pedaço de pântano, cheio de mato - por R\$600,00, já havia colocado naqueles quatro anos o equivalente a 40 caminhões de entulho no barraco. A cada ano e meio tem de aterrar: mostrou o que havia sido o teto de seu último barraco que afundara, que já estava a um metro do chão. Observamos que, mesmo conhecendo o tipo de terreno, de turfa, os moradores constroem um segundo andar, como era o caso do barraco de dona Sueli, onde residiam o filho casado, a esposa e um neto pequeno.

Passados dois anos do fim das remoções, começou a reocupação daquele terreno irregular, com novo aval da Associação: muita venda de lotes, sempre propriedade da AMARP, que se apresenta assim. Eu sempre perguntava de onde partia a iniciativa da ocupação e o critério para doar um lote ou vendê-lo. Tanto a iniciativa como os critérios eram da AMARP. Ela se utiliza de diferentes medidas para legitimar irregularidades, num ciclo, até então, sem fim.

A invasão do *Areal II*, 1990 e o acesso ao barraco

Chegaram rumores de que se organizava uma invasão num espaço pantanoso. Alguém da Associação de Moradores estaria liderando ou ajudando a organização da invasão¹⁶. O fato é que muitas pessoas partem com a coragem para ocupar uma área cheia de lama, de mato, e ali montar seus barracos de lona. No dia seguinte, chega a polícia e derruba tudo, expulsando os invasores. Mas eles retornam, em seguida. Segue-se nova repressão e assim vai até que o governo da cidade desiste de expulsar aqueles invasores. Ali não seria mesmo “lugar de gente”, disseram; trata-se de um grande pântano. Pois bem, o pântano foi sendo aterrado, os barracos de madeirite foram erguidos, a Associação puxou água mediante uma taxa cobrada aos invasores. Todos aqueles que resistiram ao longo dos dias e semanas foram registrados na Associação de Moradores como “proprietários” de um lote. A maioria dos lotes é muito pequeno, equivale a um quarto e sala, pois foram muitos os invasores para dividir uma área restrita, que hoje se chama *Areal II*. Segundo alguns depoimentos de moradores, o secretário do governador Brizola teria ajudado.

Eva relatou sua trajetória de luta pela obtenção do barraco, juntamente com aquele que agora era seu marido, Evanir. Haviam-se conhecido no processo de invasão. Um membro da Associação organizou a ação que acabou sendo vitoriosa, após inúmeros atos de repressão por parte da polícia. Inicialmente, os invasores ocuparam os prédios que pertenciam ao grupo Delfim.

Segundo Eva, “pediram”¹⁷ para primeiro eles invadirem aqueles prédios, que estavam interditados. Ao final de um mês de negociações, eles consentiram em desocupar os prédios e foram abrigados em barracas de campanha cedidas pelo Exército e montadas no matagal, que eles próprios capinavam. Segundo descreveu, dormiam acompanhados de insetos e toda sorte de imundície. O governador Brizola lhes havia prometido providenciar um local para que construíssem suas casas. Até hoje estão naquele mesmo local, onde foram aterrando e construindo seus barracos. Resultou em uma área que é a mais densamente povoada da favela, com vielas e becos que podem chegar a menos de meio metro de largura. A “lei” da invasão nesta favela indica que o barraco deve ser “levantado” em 24 horas, sob o risco de se perder tal direito. Para estar

¹⁶ Sr. Luís da farmácia, então ligado ao PDT, teria sido levado preso pela polícia, por diversas vezes, durante a invasão. Segundo meus entrevistados, ele realmente “queria ajudar as pessoas que pagavam aluguel”, pois “não ocupou nenhum terreno na área”.

¹⁷ Quando indagados sobre “quem pediu”, a resposta é sempre: o pessoal da Associação.

apto a invadir, o candidato a morador já deve possuir o material: madeirite e um telhado, que pode ainda ser improvisado.

O lote/barraco¹⁸ que Eva conseguiu ficava ao lado do valão, onde corre o Rio das Pedras. Ao conhecer Evanir, trocaram os dois lotes mal localizados por um mais distante do valão, portanto mais ao abrigo das inundações. O barraco, quando os conheci em 2001, tinha apenas uma sala e um quarto, no fundo da sala uma cozinha improvisada, ao lado um banheiro igualmente improvisado. O conjunto dispunha de apenas uma janela, também improvisada: um buraco com uma tábua para cobrir. Como seu barraco ficou no limite onde foi interrompida a remoção do Programa Favela-Bairro, a família pode ir paulatinamente ampliando o espaço. A cada semana que íamos à favela era visível uma nova composição do barraco. Inicialmente, Eva ocupou a frente com alguns bancos, onde sentávamos para conversar. Naquele lugar, antes da remoção pelo Favela-Bairro, ficava o barraco de Ana, que havia deixado o aluguel e havia obtido um barraco no *Pantanal*.

Eva foi pouco a pouco cercando a tal “varanda”, sempre em movimentos discretos e vagarosamente. Até que, ao longo dos anos, aquela área da varanda passou a ser a sala do barraco, ganhou paredes e teto (sempre de material precário) e uma porta. A cozinha aumentou, o banheiro ganhou um chuveiro e um vaso sanitário, tudo muito improvisado. Eva é muito cuidadosa com sua casa e cobria as paredes de madeirite com tecidos, de modo que dentro do barraco havia um ambiente de conforto. Em 2004, colocaram uma cerâmica no piso da sala. O único quarto da família – casal e dois filhos pequenos – foi ampliado para dois cômodos, um armário servindo de divisória. Segundo ela, a Associação tinha de aprovar tal “ocupação”. Como era feita em área “livre”, naquele momento ninguém reclamava¹⁹. “O que eu acho ruim aqui é que eles (AMARP) não decidem se nós vamos sair daqui ou não, se podemos construir ou não ...”, desabafo feito em meados de 2002.

Passaram os anos, alguns desistiram de morar ali, a situação do lugar era muito difícil, não tinha luz por um bom tempo, até puxarem os "gatos", o abastecimento de água era intermitente, o esgoto era lançado nas vielas por onde as pessoas passavam, os barracos eram centenas, um grande adensamento de moradias. Aqueles que partiram

¹⁸ Na concepção de nossos entrevistados (concepção nativa), a moradia ora é chamada de lote, ora de barraco.

¹⁹ Em 2007, Eva foi chamada pela direção da AMARP para prestar contas pela expansão desautorizada de seu barraco.

venderam seus barracos para quem buscava uma alternativa ao pagamento de aluguel na área central da favela. Augusta e Artur me contaram que compraram dois lotes no *Areal II*, devidamente registrados na Associação. Levantaram o barraco de madeirite, depois de alguns anos levantaram um segundo andar, sempre de madeirite²⁰. Outros começaram a construir em tijolo, mas a maioria ainda manteve o barraco de madeira, pois alegavam que a AMARP não permitiria a modificação. A Associação jamais assegurava a permanência daqueles moradores naquele local: dizia-se que aquela área teria proprietário, que seria de “um tal de Ronaldo” - Ronaldinho (o jogador) segundo meus informantes²¹ -, que ali seria construído um grande parque esportivo etc. Enquanto isso, em meio a muitos rumores, a Associação decidia quem podia ou não construir, doava alguns lotes, vendia a maioria. A doação (dos lotes), segundo Eva informou, seria realizada para "aquelas pessoas que não tiverem condições e não puderem pagar aluguel". Era decisivo possuir algum contato pessoal com os membros da AMARP, a antiguidade do morador na favela, os sinais de que aquele morador apoiaria a Associação e, finalmente, o fato de que o morador seria devidamente "conhecido" pela Associação.

O abastecimento de água e luz foi feito por um bom tempo – até final de 2000 – pela Associação²², que cobrava dos moradores uma taxa mensal de R\$20,00 (dezoito reais pela luz e dois reais pela água).

Quando o Favela-Bairro chegou em Rio das Pedras em 2000, os moradores tiveram a promessa da regularização do fornecimento de água e luz. Daquele momento em diante, os moradores do *Areal II* decidiram não mais pagar a taxa. Severino, presidente da AMARP, convocou os moradores e ameaçou cortar o abastecimento de energia elétrica, o que, segundo meus entrevistados, nunca aconteceu. A situação de energia elétrica ainda não estava regularizada no *Areal II*, apesar de terem colocado

²⁰ Toda e qualquer alteração nos barracos e casas deve ser devidamente autorizada pela AMARP, como se esta ainda estivesse sob a jurisdição do Decreto nº 870, de 15 de junho de 1967, publicado em plena ditadura militar, quando as Associações de favelas deveriam, dentre outros, ser responsáveis pelos “reparos nos ‘barracos’, a prevenção de novas construções” etc. diante dos serviços regionais de bem-estar social (cf. Leeds, 1978: 229).

²¹ Informações posteriores asseguraram que o terreno seria de um grande empresário carioca, que inclusive teria sociedade com a direção da AMARP na propriedade do Bingo de Rio das Pedras, e em outras atividades comerciais na favela.

²² No passado, a distribuição de eletricidade, seja pela Associação de Moradores, seja pela Comissão de Luz (a partir de 1969), representou uma enorme fonte de corrupção e de exploração dos favelados, com o aval de órgãos governamentais, que delegavam tal poder. Explicita-se o contínuo controle sobre os moradores de favelas, que segue até hoje, através de novos atores.

relógios em vários barracos. Além de ser intermitente, os moradores alternam o uso da eletricidade paga com o uso de gatos/gambiarra, comprometendo os transformadores, que queimam com grande frequência: quando isto ocorre ficam, em média, de quatro a cinco dias sem energia elétrica. Quanto ao esgotamento, Eva foi uma das que liderou um abaixo-assinado na vizinhança para construir um sumidouro para o escoamento do esgoto, que era jogado "a céu aberto". As pequenas melhorias são produzidas pelos próprios moradores.

No início de 2006, quando lá estive depois de uma grande ausência, o barraco de Eva estava muito maior, com várias melhorias, mas sempre de madeira. Perguntei quando eles iriam construir em tijolo, pois este desejo me havia sido explicitado várias vezes. Segundo Eva e seu marido, o gasto com o material não compensaria este investimento, se não houvesse a garantia de que não ocorreria mais remoção. Eva me disse que não iria construir “pra um dia ser jogado fora. Você faz [em tijolo], mas não é uma coisa confiante”. Este é exatamente o dilema em que vivem meus entrevistados, alguns mais seguros, quando a permanência no local já ultrapassou os quinze anos, como no caso de Eva. Durante os anos de pesquisa pude observar que não houve sequer um ano em que não voltaram os rumores de remoção, a Associação alegando sempre que a área do *Areal* constituía área de risco: reuniões periódicas na sede da AMARP, parecendo querer lembrar a essas pessoas que seus destinos estão, antes de tudo, nas mãos de seus dirigentes comunitários e que sua situação de moradia é necessariamente provisória.

Evanir, marido de Eva, disse que mais caro do que o material seria a mão de obra. Explicou que em Rio das Pedras pouco se utiliza do mutirão como forma de construção, ao contrário do que eu havia observado na favela Santa Marta, por exemplo, no início dos anos oitenta²³. Como vivem sempre na insegurança sobre a permanência no local, a família tem optado por adiar a transformação do barraco em casa de tijolo. Quando do incêndio em agosto de 2006, quando tiveram a parte lateral e os fundos do barraco atingidos pelo fogo, a alternativa foi refazer aquela parte em tijolo. Naquele dia do incêndio, como o barraco estava “despido” dos tecidos e da arrumação, todos os objetos jogados no chão, pude constatar o quão precário ainda era o barraco, apesar da

²³ Durante os anos de 1981 e 1982 tive o privilégio de conviver com um grupo de lideranças e moradores da favela Santa Marta, em Botafogo, onde também pude acompanhar o trabalho do grupo comunitário *ECO*.

falsa impressão de solidez. Pela segunda vez o barraco desta família ficou no limite da destruição: em 2000, quando da remoção, pelo Favela-Bairro; e em 2006, pelo incêndio.

Durante esses anos em que a família foi ampliando o barraco, a área, então um descampado com ruínas da demolição daqueles que haviam sido removidos no final de 2000, voltou a ser ocupada. Em 2004, Eva conseguiu que sua irmã, Efigênia, ganhasse novamente um lote ali mesmo no *Areal II* e com isto esta família pôde finalmente se livrar do aluguel. Efigênia havia conseguido um lote na invasão de 1999. No entanto, ao retornar para o Ceará com as filhas, vendeu o barraco e lá comprou uma casa. Com a diferença abissal dos valores entre Rio e Fortaleza, no novo retorno à favela Rio das Pedras em 2000, não mais dispunha de dinheiro para comprar um novo barraco, morando de aluguel em um barraco no *Areal II*, até conseguir este novo lote, em 2004, onde construiu um pequeno barraco, de uma só peça, sem janela, onde morava com suas quatro filhas, com um companheiro que bebia muito e que era frequentemente expulso de casa pelos parentes do local.

Neste meu retorno à favela no início de 2006, e principalmente depois do incêndio de agosto daquele ano, foi surpreendente a “febre” de construção de imóveis de alvenaria, em sua maioria com mais de dois andares, naquela área do *Areal II* e no *Pantanal*. Segundo os moradores, tudo era propriedade do Sr. João – um dos principais dirigentes da AMARP, juntamente com Severino - e estavam à venda. Certamente que aqueles pequenos prédios iriam afundar, como todos os outros naquela região. O afundamento chegava a mais de um metro até que os moradores tomassem alguma providência. Ouvi vários comentários críticos à política do Sr. João, cuja meta era exclusivamente ganhar dinheiro, explorando os pobres. Assim me explicaram a razão da construção de um grande Bingo, o Bingo Rio das Pedras, de propriedade, dentre outros, do mesmo Sr. João: segundo meus informantes, com o dinheiro que ganharam com a “venda de lotes”, “para onde vai nosso dinheiro”.

Mas nem todos os meus entrevistados participaram de invasão. Clotilde manifestou sua discordância em relação à invasão: “minha religião não permite” (Assembléia de Deus). Por isto, comprou seu barraco e vivia numa situação de muita privação, pois sozinha, com quatro filhos de pais diferentes, trabalho irregular, tinha momentos em que não restava dinheiro para a alimentação. Fiquei com uma forte impressão de que o discurso “anti-invasão” também me era dirigido, uma vez que aquelas pessoas desconheciam minha forma de pensar e supunham que provavelmente

eu desaprovava tal prática. Fiz questão de explicitar meu posicionamento de compreensão, e, portanto, de respeito em relação às suas necessidades e a seus direitos.

A invasão no *Pantanal*, janeiro de 2002

Na virada de 2001 para 2002 ocorreu uma invasão de parte da área conhecida como *Pantanal*. Esta área estava “livre”, pois vários barracos e mesmo algumas casas de tijolo haviam sido removidos em 2000 pelo programa Favela-Bairro. A própria compreensão do evento pressupõe desvendar o desencontro das diversas versões dadas na época, seja pelos atores/moradores, seja pelos representantes da AMARP, num mosaico pleno de ambiguidades. Supondo que constitua uma atividade ilícita - sobretudo porque aconteceu em área removida pela Prefeitura - e ao mesmo tempo promovida, de forma velada, pela AMARP, era compreensível haver tantas versões contraditórias. A construção do que chamaram “barracão”, a reocupação de praticamente toda aquela área nos meses/anos subsequentes, revelam as inúmeras maneiras como a ilegalidade vai-se enraizando, legitimada pela premência de obtenção de um teto por parte daquela população e pela ganância daqueles que se apresentam como os “donos do local”. Quem se beneficia com a situação? Todos, de alguma forma: tanto os governos municipais, através de alguns dos órgãos que têm ligações com as lideranças locais; estas mesmas lideranças, que colhem adesão e recursos - pela distribuição e venda dos lotes -; e finalmente, os próprios moradores da favela, o público-alvo desta ação.

Esse processo vem se repetindo, ao longo dos anos e décadas, em todas as principais cidades do país. A grilagem do solo urbano é uma atividade extremamente lucrativa, surgindo esta “espécie de grileiro popular”, também encontrado nas favelas de São Paulo (Vera Telles, 2007). Esta invasão dentro de Rio das Pedras, nas suas várias etapas e processos significa, para o morador daquela favela, a libertação do aluguel.

Às vésperas do Ano Novo 2001/2002, um grupo com cerca de 40 famílias, liderado pelas mulheres e, pelo que pudemos concluir, sob a organização da moradora Jurema, realizou a ocupação de uma grande área no *Pantanal*, onde ergueram seus barracos de madeirite e cobriram com plásticos. Muitas mulheres grávidas, muitas crianças, todos à procura de uma moradia, já que não conseguiam mais viver pagando aluguel na área central da favela. Ou seja, são moradores da favela de Rio das Pedras, inquilinos, que com esta ação de “invasão” - como denominam -, pretendem lá se

estabelecer. Dias depois, quando quase todos já haviam erguido seus barracos de madeira, chegou a Prefeitura na figura de um funcionário da sub-prefeitura de Jacarepaguá e informou aos moradores que, como aquela era uma área de “risco”, eles deveriam sair.

Como resistiram, o funcionário voltou em seguida com policiais e iniciou a destruição dos barracos: foi fincando barras de ferro atravessadas por cabo de aço, algumas dentro dos barracos, destruindo-os e demarcando as áreas proibidas para a construção à beira da lagoa. A revolta dos moradores foi enorme. O fato é que o critério utilizado era incompreensível, como me mostraram os moradores: a linha de interdição era absolutamente aleatória, em alguns trechos deixando uma enorme área proibida, em outros liberando para a construção áreas que margeavam a lagoa. Quando lá cheguei em meados de fevereiro, o quadro já havia evoluído para a construção de um grande “barracão”, como chamaram - pedaços de madeirite e de restos de material de obra, sem piso e sem teto - onde cerca de 20 famílias se alojavam ao relento: como cobertura, apenas plásticos, que não os protegiam das chuvas; como piso, o aterro desmatado e limpo por eles mesmos. A situação do barracão era de extrema precariedade, exalava mau cheiro, os ânimos estavam exaltados, ficava evidente a falta de recursos daquelas pessoas.

Em função das condições de trabalho – trabalho precário e temporário –, o trabalhador não poderia contar com uma renda certa, que seria indispensável para honrar os compromissos de um aluguel. Uma vez dispondo de um lugar para morar garantido, tudo o mais poderia ter os pagamentos adiados, lembrando que os serviços de água e eletricidade são obtidos ilegalmente: apenas o botijão de gás é comprado pelos moradores. A situação dos moradores que não são proprietários de algum lugar para morar na área “consolidada” da favela é de grande precariedade, com um espectro de diferenças entre eles muito grande. Os inquilinos nestas áreas - as ruas centrais e transversais do eixo central da favela - pagam hoje entre R\$300,00 a R\$350,00²⁴ por um quarto com cozinha/banheiro. “Praticamente tiramos da comida das crianças para pagar o aluguel”, como explicou Rosa, uma mãe com dois filhos pequenos, recém ocupando um barraco após a invasão na área do *Pantanal*. Já nas áreas de “invasão”, como denominam as áreas do *Areal II* e do *Pantanal*, pagar o aluguel revela ainda uma maior privação, pelo próprio lugar, significando um aluguel mais barato, mas uma habitação

²⁴ Em valores do ano de 2002, entre R\$ 120,00 e R\$ 180,00.

mais precária. Nestas áreas, as condições são evidentemente mais difíceis, e na área do *Pantanal*, de grande risco. Isto explica o porquê daquelas pessoas saírem da “área nobre” da favela, onde a casa era de alvenaria e o local mais bem consolidado – mas onde pagavam aluguel –, para aquela área periférica da favela, “a favela da favela”, morando em barraco de madeira e com um alto grau de precariedade do entorno: lama, lixo etc. Estar morando na favela – ou ser parente de quem lá mora – já há algum tempo²⁵ era uma pré-condição para pleitear um barraco, ou participar de alguma invasão, ou ainda conseguir comprar um lote ou um barraco. O comércio de habitação em Rio das Pedras, como na maior parte das favelas ou loteamentos em expansão, constituía o principal atrativo para os migrantes.

Pude acompanhar a resistência e a luta daqueles “invasores” para conseguir sair do barracão, ganhando seu lote. Até o final do ano de 2002, todos os que resistiram – permanecendo no barracão – obtiveram o lote para a construção imediata do barraco. Aqueles que desistiram da luta, tão logo os barracos foram destruídos pela polícia, estavam alojados em casas de familiares ou de vizinhos; em meados de abril esses invasores começaram a reivindicar um lote para eles também, mas seu pleito foi inútil. Conseguir sobreviver no barracão foi uma dura provação. A situação era extremamente precária, os conflitos entre os moradores frequentes, não havia qualquer privacidade das famílias.

Algumas vezes em que lá estive percebi que o ambiente estava muito carregado e não pude dar sequência às conversas com os ocupantes. Isto ocorreu em um dia em que uma das mulheres, numa crise de desespero deixou cair todo o arroz da refeição do grupo. Segundo suas “colegas”, ela estaria “louca” e atirara o arroz no chão. Outra vez, as ocupantes manifestaram desconforto pela presença de pesquisadores²⁶, tal o estado caótico do espaço, depois de uma noite de chuvas fortes. A situação do barracão foi sendo contornada a partir de meados de março, quando algumas famílias conseguiram seus lotes e partiram. Os que restavam começaram a ampliar um pouco o espaço do barracão e a fazer divisórias entre as famílias. Em julho, praticamente todos haviam partido, só restando duas famílias que ficaram até quase o final do ano: a demora em

²⁵ Na periferia de Brasília, por exemplo, as políticas habitacionais – do governador Roriz – de distribuição de lotes estipulavam o peso relativo do item “tempo de Brasília”, ou seja, o comprovante do candidato ao lote, de que já habitava a cidade por um período mínimo de três anos, através de recibos e notas de compras no comércio da cidade etc. Cf. Antonádia Borges, 2003. Em Rio das Pedras, o critério era todo controlado pela AMARP.

²⁶ A pesquisa de campo foi sempre realizada com a participação de alguns estudantes de Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

partir foi atribuída ao fato de não disporem de recursos próprios para comprar o material para a construção do barraco, já que este deveria ser “erguido” em 24 horas, assim que o lote fosse concedido pela AMARP.

Durante o período em que as famílias ocupavam o barracão, escutei versões distintas da invasão. Para Jurema e os outros invasores – todos de alguma forma conheciam Jurema de longa data - aquela ação teve o apoio da direção da Associação - e o objetivo seria a reocupação de uma parte da área removida pelo Favela-Bairro, resolvendo a questão da moradia daquelas famílias. Interpretei que seria uma forma de a AMARP projetar os moradores na linha de frente da ocupação de uma área de risco da favela – que tem tantas! – e em assim fazendo, criar um fato consumado.

No entanto, a versão da direção da AMARP foi diferente, a partir de uma entrevista que realizamos com o Sr.Alcir e com Sr.Antonio, que estavam respondendo pela direção naquele período. Segundo nos contaram, a direção da AMARP já estava decidida a fazer uma distribuição de lotes na área removida do *Pantanal*, informação que teria sido passada para os moradores em reunião no próprio *Pantanal*, ainda em 2001. Como esta informação teria “vazado para fora da favela”, a AMARP não apoiou totalmente aquela invasão. O Sr. Alcir acusou Jurema de ter tentado resolver a questão da moradia de familiares e amigos. “A pedido da Associação”, as pessoas que lideraram a invasão teriam se afastado – de fato, não mais vimos Jurema por lá, a partir de meados do ano de 2002. O Sr. Alcir ameaçou a tomada de medidas drásticas contra aquelas pessoas, caso não “queiram devolver o que pegaram” para a Associação. Mas o Sr. Alcir nos assegurou que todas aquelas providências só seriam tomadas após a eleição de Severino para deputado estadual²⁷. Afirmou ainda que toda aquela área pertenceria à Associação, que não mais desejaria invasão, porque sempre entrariam alguns “aproveitadores”²⁸.

No discurso dos dois - Sr.Alcir e Sr.Antonio -, os moradores de Rio das Pedras foram chamados ora como “elementos”, ora como pobres, ora favelados, ora safados etc. O discurso era sempre muito autoritário em relação aos moradores. A eleição e o poder que conta é o da Associação de Moradores, e a eleição de um deles para a política. Não aceitam a presença de Ongs na favela, porque alegam que “sempre trazem

²⁷ Na eleição de 2002, Severino concorreu pelo PL para deputado estadual, mas não conseguiu se eleger. Para se dedicar integralmente à campanha, afastou-se da presidência da AMARP o tempo necessário.

²⁸ Sr. Antonio chegou a comparar aquela situação com a do MST que, segundo ele, também padeceria da existência de “elementos aproveitadores”.

interesses políticos por trás”, ou seja, os interesses que denominavam como “políticos” são sempre aqueles diferentes do poder que eles detêm; portanto, são condenados. Situação similar foi identificada por Borges em sua pesquisa na periferia de Brasília, onde todos os opositores do governador Roriz eram por este apontados como portadores de motivações “políticas”, adjetivo de desqualificação (Borges, 2003).

Algumas conclusões:

A invasão de 2001/2002 e a reocupação de toda aquela área nos anos subseqüentes evidenciaram que a política habitacional da cidade fica à mercê de aventureiros, de espertos, e as famílias pobres são mais ou menos bem sucedidas no ato de conseguir um teto, nas brechas dessa situação. O controle da Associação de Moradores sobre a ocupação local reforça seu poder. Tudo indicava que a invasão seria uma ótima maneira de liberar a área para a grilagem dos lotes, atividade lucrativa de que a Associação de Moradores se valia há mais de uma década. Já tem o controle da segurança, e mais o da posse da terra, tudo para o bem dos “moradores pobres”, pois reafirmam várias vezes que nada ganham com isso.

A prática de invasão, se disseminada nesta favela, ainda apresenta algumas “fragilidades” frente ao discurso da própria Associação de Moradores. Por exemplo, segundo nos havia contado Eva, Severino “não vai deixar invadir, ele é diferente dos outros presidentes da Associação, que deixavam as invasões acontecerem...”. Fiquei surpresa com esta afirmação e passados os meses e anos ficou claro que não correspondia ao que acontecia na favela, onde as invasões se sucediam. Severino afirmara, naquele mês de junho de 2001, que a partir de setembro iria “lotear” as áreas onde o Programa Favela-Bairro havia demolido, distribuindo os lotes para os mais necessitados. Ele estava em plena campanha para se reeleger na presidência da Associação. De fato, uma vez reeleito, a reocupação do *Areal II* ocorreu sob a tutela da AMARP. A disputa ocorria entre as diferentes formas de apropriação do espaço da favela: “organizar a invasão”, “deixar invadir”, “vender os lotes” ou “distribuir os lotes”.

Segundo Mike Davis, as invasões nas cidades de Teerã e Cairo são chamadas de “apropriação silenciosa de rotina”: trata-se de infiltração em pequena escala e sem confrontos em terrenos marginais, com caráter ofensivo, visando expandir o espaço de sobrevivência. Se as invasões tiveram o seu clímax nos anos setenta, o diagnóstico deste

autor é no sentido de que hoje este processo teria continuidade, sobretudo, em “terra urbana de baixo valor”, em “lugares de risco ou extremamente marginais, como planícies sujeitas a cheias, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas.[...] A invasão tornou-se um jogo de azar contra o desastre inevitável” (Davis, 2006: 49).

INVADIR é se apossar da terra sem compra, nem título de propriedade. A terra periférica ‘sem custo’ tem sido muito discutida como o segredo mágico do urbanismo do Terceiro Mundo: um imenso subsídio não planejado aos paupérrimos. No entanto, é rara a invasão não ter algum custo prévio. O mais comum é que os invasores sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso aos terrenos, e podem continuar pagando esses ‘aluguéis’ informais em dinheiro e/ou votos durante anos. Além disso, há o custo punitivo de um local sem serviços públicos e longe do centro urbano. Na verdade, quando se somam todos os custos, como ressalta Erhard Berner em seu estudo sobre Manila, a invasão não é necessariamente mais barata do que a compra de um terreno. A sua principal atração é a “possibilidade de construir aos poucos e depois melhorar a construção, o que leva a uma diluição do custo [em fases]” (Davis, 2006: 47).

Além das enchentes seguidas de inundação, a favela de Rio das Pedras foi o palco de graves incêndios, como os dois ocorridos no ano de 2006. Naqueles momentos trágicos despontam os inúmeros bloqueios de que é feita a vida daqueles migrantes nordestinos na “cidade maravilhosa”.

Para meus entrevistados, ter participado da invasão, seja aquela de 1990, seja mais tarde, em 2002, possibilitou o acesso a uma habitação própria, que do contrário teria sido muito difícil. O acesso ao barraco possibilitou o acesso à cidade, mesmo que de forma subalterna; foi o ponto de partida para obter uma situação de vida mais confortável do que experimentavam no local de origem, de onde partiram. Eva e sua família se classificam como pobres, mas hoje, não mais tão pobres como aqueles que pagam aluguel. Todos os entrevistados são pouco escolarizados, ocupam postos de trabalho precários ou nem possuem renda, convivendo com a situação de desemprego cíclica. Um entrevistado que conseguiu “melhorar de vida” de forma mais acentuada, a “ajuda” veio como retribuição ao trabalho junto à Associação de Moradores, que cedeu

alguns lotes e ali pode construir quitinetes e viver do aluguel – “viver de renda”. As trajetórias desses moradores de Rio das Pedras ainda representam as oportunidades que aquela favela possibilitou com o processo de invasão. Aqueles que não conseguiram resistir às inúmeras situações com que se depararam neste percurso, ficaram mais empobrecidos. Aqueles que chegaram à favela depois da fase de invasão, pagam aluguel e vivem precariamente, em situação de grande vulnerabilidade.

A pesquisa me levou a compreender que o fenômeno favela como *locus* privilegiado para a ocupação urbana das classes populares no Rio de Janeiro, em algumas favelas ainda é repleto de possibilidades. Longe de se esgotar, em Rio das Pedras este modelo de organização local ganha dinamismo e reforça o processo de expansão para os outros territórios da pobreza, como os subúrbios da cidade e a periferia metropolitana, onde os loteamentos e os conjuntos habitacionais “se favelizam”, de forma irregular ou ilegal.

Em Rio das Pedras, os migrantes muito pobres conseguem chegar à cidade e ainda aqui se estabelecer graças às inúmeras redes, como as relações de parentesco, compadrio, aí incluídas as relações de vizinhança que compõem algumas das possibilidades daqueles moradores para obter um barraco, ficar na favela, ficar na cidade. As formas são variadas²⁹ e em Rio das Pedras este processo de invasão poderá estar se esgotando, uma vez que a fúria de construção naquelas áreas próximas à Lagoa da Tijuca começa a restringir as áreas de expansão da favela. O incêndio em agosto de 2006, por exemplo, pode não ter sido criminoso – uma das muitas hipóteses levantadas - mas contribuiu para aumentar o poder de barganha e de ganho da direção da AMARP, que logo em seguida vendeu vários lotes na área atingida, enquanto várias famílias estão convivendo com uma promessa³⁰ de obter uma casinha em outro local da favela. Esta promessa poderá muito bem jamais se concretizar, como tantas outras de que tive

²⁹ Na Favela *Parque Unidos de Acari*, em sua micro-área chamada **Terra Nostra**, por exemplo, a Associação de Moradores faculta a posse “temporária” de um barraco, desde que o candidato a morador justifique sua situação de precariedade: sem teto e sem renda. Além do acesso à moradia, a família passa a trabalhar no *lixão* e no *ferro velho* [cf. Maria Luiza Machado Ribeiro, “As condições sócio-espaciais e a análise sócio-econômica dos moradores da Favela Parque Unidos de Acari na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, 2007. Monografia de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].

³⁰ Esta promessa foi firmada no final de 2006 entre a Secretaria Municipal de Habitação e a CEF, para a construção de 152 unidades habitacionais, conforme anunciado pelo gabinete do vereador pelo DEM/Rio das Pedras (*Jornal do Brasil*, 15/12/2006). Até agora não se tem informação, os desabrigados ainda aguardam alguma resposta, permanecendo em mini-barracos levantados nas proximidades do grande supermercado.

conhecimento durante os anos que lá frequentei: foram inúmeras as reuniões promovidas pela AMARP às quais compareciam minhas entrevistadas, na qual eram informadas sobre um “novo” projeto de remoção de moradores – sempre das áreas do *Areal II* e/ou *Pantanal* – e da futura construção de moradias dentro da favela, distantes daquela área, que até 2004 afirmavam ser “área de risco”.

A perspectiva que pautou minha pesquisa de campo ao longo desses anos foi exatamente perceber as formas de reação dos grupos sociais diante da urgência de se inserir na vida da cidade, desde o provimento da sobrevivência material, primeira necessidade que se impõe aos moradores entrevistados de forma recorrente, como ficou claro nos momentos mais trágicos de suas vidas. Mulheres e homens, migrantes, parentes e vizinhos, todos pobres, meus entrevistados estão sempre em busca de um lugar/moradia para se inserir na cidade, galgar uma melhor situação de vida. Seus sonhos, ainda que modestos, persistem. Sua tenacidade é por vezes interrompida pelos dramas da vida. Não têm a consciência da necessidade da transformação social, aparentam conformismo. São filhos de pais pobres. Gerações de pobres que se sucedem e cujo balanço de vida tem sempre algum ganho nesta partida para a cidade grande. Segundo seus relatos, Rio das Pedras representa a melhor possibilidade que a cidade oferece para seu estabelecimento. Não “parece favela”, não é um “morro”, não tem a violência do tráfico. A violência da milícia assegura uma tranquilidade, mesmo que aparente e provisória. O preço a ser pago é alto, pois se trata de mais resignação, de aceitação da situação sem reivindicações. Para meus entrevistados, portanto, a “rede de proteção” encontrada ainda compensaria³¹: a assistência médica gratuita, a cesta básica, o Cheque-Cidadão antes, hoje o Bolsa-Família, mas principalmente a obtenção de um lote, de um teto para morar.

³¹ Segundo Santos, o Brasil se encontraria, “muito possivelmente, aquém do limiar da sensibilidade social, e assim tem convivido pacificamente, com a miséria cotidiana, material e cívica, sem gerar grandes ameaças. Aqui o horizonte do desejo ainda é puro desejo, sem horizonte” (Santos, 2006: 176).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro (org.) (2003). *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ.

ALKMIM, Antonio Carlos (coord.) (2000). Favela e questão urbana: pesquisa em Rio das Pedras. *Cadernos de Sociologia Política e Cultura*. Laboratório de pesquisa e extensão do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ.

BORGES, Antonádia (2003). *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

BOURDIEU, Pierre (1998). Um analista inconsciente. Prefácio ao livro de SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.

BURGOS, Marcelo Baumann (Org.) (2002). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola.

CARDOSO, A.; ELIAS, P. e PERO, V. (2005). *Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas*. Coleção Estudos da Cidade. Instituto Pereira Passos, mimeo..

CARDOSO, Ruth C. (1988). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: DURHAM, E. [et al.]. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

DaMATTA, Roberto (1994). *Em torno dos pobres urbanos no Brasil: considerações antropológicas*. Relatório de Pesquisa Mellon/ Kellog. Niterói/ Notre Dame. Mimeo.

DAVIS, Mike (2006b) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

DURHAM, Eunice R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

ESCOREL, Sarah (2000). Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel. *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro : Garamond.

FARIA, Teresa Cristina de Almeida (2005). Favelização e mobilidade residencial no Rio de Janeiro. IN: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). op.cit., p. 395-410.

FERREIRA, Maria Inês Caetano (2003). *Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da Capital paulista*. Tese de Doutorado em Sociologia – FFLCH-USP, São Paulo.

HENRIQUES, Ricardo (org.) (2000). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.

JANNUZZI, Paulo de Martino (1999). Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 16, n.1/2, jan.-dez.

_____ (2000). *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, SP: Autores Associados.

KOWARICK, Lúcio (2002). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 63, julho.

_____ (2003). Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51).

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth (1978). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.) (2008), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MARZULO, Eber Pires (2005). *Espaço dos pobres*. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (2006). *Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG, de 18-22 de setembro.

PERLMAN, Janice E. (2002) *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

_____ (2003). “Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro”. *Rio Estudos* nº 102, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, mimeo.

PRETECEILLE, Edmond e VALLADARES, Licia (2000). A desigualdade entre os pobres - favela, favelas. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, p. 459-485.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (2006). *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SARTI, Cynthia A. (2003). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª ed.rev. São Paulo : Cortez.

_____ (1995). O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres e RIBEIRO, Ivete (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

SAYAD, Abdelmalek (1998). *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. Prefácio Pierre Bourdieu. São Paulo: EDUSP.

_____ (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia- Revista do Migrante*. CEM – Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, número especial, janeiro.

SCOTT, R. Parry (1984). “O retorno ao Nordeste – refugio, família e reprodução”, mimeo.

SEN, Amartya (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.

TELLES, Sarah da Silva (2008) Pobreza, escola e mobilidade. *Desigualdade & Diversidade*, v. 02, p. 7-17.

TELLES, Sarah da Silva (2008). *Viver na Pobreza: experiência e representações de moradores de uma favela carioca*. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert (Orgs.) (2006). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

VALLADARES, Lícia (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ZALUAR, Alba (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense.